

## O “FUTURO DA DEMOCRACIA” NA AMÉRICA LATINA EM VERTIGEM? UM OLHAR A PARTIR DAS DERRUBADAS PRESIDENCIAIS EM HONDURAS (2009), PARAGUAI (2012) E BRASIL (2016)

*Por Meyre Teixeira*

A Grécia Antiga deixou inúmeros legados para a civilização ocidental, entre eles, a democracia. Este modelo político destacou-se na pólis ateniense servindo, posteriormente, de referência para outros governos no mundo inteiro. Etimologicamente, democracia significa “governo do povo”. Neste momento, o povo era representado pelos cidadãos da cidade-Estado grega que poderiam participar da ágora (assembleia) para discutir e tomar as decisões políticas da pólis. A cidadania, nesta época, era conferida geralmente aos homens com mais de 18 anos, filho de helenos e livre, excluindo todas as mulheres, estrangeiros e escravos que também viviam na pólis.

Desde então, a democracia passou por modificações ampliando seu sentido. A democracia é dinâmica, salienta Norberto Bobbio (2002, p.19). Assim, a modernidade imprimiu uma nova leitura dando origem a democracia moderna. Segundo Bobbio (2002, p.22), ela pode ser definida por alguns aspectos mínimos como “conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas”, que estabelece a maior participação possível dos indivíduos. Para o autor, a transparência do poder (ou visibilidade) é essencial para a existência da democracia. Vale ressaltar que, as decisões coletivas é a vontade da maioria que não necessariamente é consenso. Ademais, Bobbio assinala a interdependência entre o Estado liberal e o Estado democrático, no qual, para garantir os mecanismos básicos de um requer o [pleno] funcionamento do outro.

A democracia moderna é um princípio que se tornou muito valorizado na América Latina a partir do final do século passado. Isto porque, em função do seu processo histórico marcado por governos autoritários, golpes e ditaduras, entre outros fatores, dificultou a construção e o fortalecimento de regimes democráticos. Como estratégia para solidificar a democracia na região a Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>1</sup> instituiu, em 2001, a Carta Democrática, no qual todos os Estados-membros assumem o compromisso de assegurar regime democrático em seu território nacional e zelar pela democracia no continente

1 A OEA é uma organização internacional criada em 1948, em meio ao contexto da Guerra Fria, que reunia todos os países do continente americano. Em 1961, Cuba foi suspensa da Organização após a Revolução Cubana (1959) e desde 2018, a situação da Venezuela está tensa mediante ao processo do seu desligamento desta instituição.

americano. Deste modo, qualquer país-membro que romper com a democracia será suspenso da OEA. Vale ressaltar que, o golpe para ser considerado antidemocrático necessita estar violando a Constituição nacional.

No entanto, ultimamente, o Latinobarómetro nos revela uma queda consecutiva do apoio a democracia na América Latina como melhor tipo de governo e insatisfeitos com este regime (LATINOBARÓMETRO apud DEL RÍO, 2017, p.182). Conforme Andrés del Río (2017, p.176), “los desafíos que enfrenta la democracia erosionan constantemente la legitimidad de sus instituciones y coloca en jaque sus sentidos”. Tal atual conjuntura afeta as democracias consolidadas e aquelas que estão em processo de construção (DEL RÍO, 2017, p.176), como no [nosso] caso da América Latina.

De acordo com Norberto Bobbio, existem fatores internos que dificultam o avanço da democracia dentro dos atuais regimes. Um deles está no papel desempenhado da sociedade política de pleitear seus interesses individuais inibindo o protagonismo do povo que é a primazia da sociedade democrática. Bobbio (2002, p.34) define a primeira como um “produto artificial da vontade dos indivíduos” e aponta que, a segunda é composta por diversos grupos aliados e rivais, dotadas com certo grau de autonomia do governo e envolvidas na política. Contudo, diferente do modelo ideal da sociedade democrática e de Estado, temos no mundo real uma sociedade pluralista e centrífuga com múltiplos centros de poder que competem o monopólio estatal independente da soberania popular.

Assim, a constante disputa entre os interesses privados e interesses coletivos no Estado ameaça o desenvolvimento da democracia. Em relação ao primeiro ponto, o autor aponta o problema do mandato imperativo que impede a soberania popular. Ademais, tem sistematizado uma relação triangular “na qual o governo, idealmente representante dos interesses nacionais, intervém unicamente como mediador entre as partes sociais e, no máximo, [...] como garante do cumprimento do acordo” (BOBBIO, 2002, p.38) seguidas por diversos Estados<sup>2</sup>. Quanto ao segundo aspecto, a primazia dos interesses particulares ofusca os interesses coletivos.

A manutenção do poder oligárquico e do poder invisível, como assinala Bobbio, re-freia a expansão da democratização na contemporaneidade. A competição entre as elites pelo voto popular é considerada comum, segundo Joseph Schumpeter, nos regimes democráticos. O problema está nas “elites que se impõem” (BURZIO, 1945 apud BOBBIO, 2002, p. 39) cuja plataforma de poder sem alternância é um mecanismo de garantia dos seus interesses. A noção de “duplo Estado” do pesquisador Alan Wolfe condensa o problema do poder invisível. Segundo Wolfe (1977 apud BOBBIO, 2002, p. 41), “ao lado de um Estado visível existiria sempre um Estado invisível” no comando. E a transparência da esfera pública é fundamental na democracia.

O “fim da história”<sup>3</sup> com o triunfo do liberalismo ocidental e o capitalismo instituiu uma Nova Ordem Mundial. O sistema que outrora era bipolar alternou-se entre unipolar

2 Bobbio observa este sistema aparecendo no continente europeu. Porém, podemos aplicá-la para analisar o cenário latino-americano. Ele também ressalta a impotência do governo ao cumprimento do seu papel. Cf. BOBBIO, 2002.

3 Ver FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992

(liderado pelos Estados Unidos) e multipolar (blocos regionais de poder). O Estado (neo) liberal e democrático no mundo globalizado aparece como baluarte do regime ideal de governo. Neste cenário, Leonardo Monteiro (2018) aponta que, a América Latina passou pelo processo de redemocratização incorporando a agenda neoliberal em seu programa nacional.

Assim, Monteiro destaca que, inspirada no Consenso de Washington e no alinhamento com os Estados Unidos, a América Latina vivenciou um período de democracias neoliberais que enfraqueceram os setores militares como protagonistas político e sociais. Ao final da década de 1990, um novo horizonte configurou-se na região com o movimento da Onda Rosa que ampliou o investimento estatal em programas sociais e a sensação da consolidação da democracia aliada a uma conjuntura interna e externa favorável. Como salienta Monteiro, a estabilidade política e democrática juntamente com o fortalecimento das instituições forma algumas das características que chamou a atenção da comunidade internacional quanto a este território americano.

Contudo, Monteiro ressalta que, fatores endógenos (por exemplo, os escândalos de corrupção) e exógenos (como, a crise econômica de 2009) “deram vigor as elites políticas, sociais e econômicas que eram rivais aos governos progressistas em vários países latino-americanos” (MONTEIRO, 2018, p. 59). A “oposição conservadora” e reacionária foi ganhando força gradativamente nas urnas eleitorais (MONTEIRO, 2018, p.60).

Nesta linha Del Río atesta que, a ascensão da direita ao poder em diversas nações nos últimos anos marcou uma agenda mais agressiva inaugurando uma nova fase da globalização que coloca a democracia numa situação tensa (DEL RÍO, 2017, p. 177). O crescimento da onda conservadora mais radical e dos partidos de direita estaria ocasionando a adição de elementos de cunho autoritário no sistema político na Europa e na América Latina.

Neste último caso, o progresso de golpes e impeachments retiraram presidentes eleitos do poder - como Zelaya em Honduras, em 2009, Lugo, no Paraguai, em 2012 e Rousseff, no Brasil, em 2016 - modifica o sentido [tradicional] de democracia. Em decorrência disso surgiu uma dificuldade do posicionamento da sociedade internacional. Após uma onda rosa de governo progressistas, a direita avançou e alcançou o poder, como sucedeu na vitória de Macri, na Argentina, em 2015.

O sufrágio universal não representou as mudanças esperadas, pois a classe dominante logrou nos seus mecanismos estruturais para solidificar-se no poder. Bobbio (2002 p. 43-45) salienta que, a ausência de uma educação direcionada à cidadania comprometeu o envolvimento dos indivíduos na política contribuindo para gerar apatia política e a falta do exercício direitos políticos.

Deste modo, podemos observar o que aconteceu em Honduras em 28 de junho de 2009. Neste dia, Manuel Zelaya Rosales foi destituído do Executivo através de um golpe militar que o levou a transferir-se para a Costa Rica e Roberto Micheletti com aprovação do Congresso assumiu a presidência<sup>4</sup>. Em 2012, o Legislativo teve proeminência na derrubada de poder do Fernando Lugo, no Paraguai. Quatro anos depois, a Câmara brasileira televisiou a saída da presidente eleita Dilma Rousseff.

4 Ver HONDURAS: uma história de golpe. BBC Brasil, 2 de julho de 2019. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090702\\_hondurastimeline](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090702_hondurastimeline) . Acesso em: 30 de julho de 2019.

Historicamente, conforme Samantha Araújo, Honduras é demarcado pela instabilidade democrática em função de constante golpes e ditaduras. Mediante isso, construiu-se como assinala Calderón, “um Estado corporativo e patrimonial que favorece novas alianças político-empresariais”<sup>5</sup> (CALDERÓN, 2002 apud ARAÚJO, 2016, p. 30, tradução nossa), especialmente a partir da década de 1980. Após um longo período de ditadura militar, durante a Guerra Fria, a ordem constitucional civil que assumiu o país estabelece um sistema bipartidário entre o Partido Nacional e o Partido Liberal que alternava a Pasta até o golpe de 2009.

Representando o Partido Liberal, Zelaya foi o candidato eleito para dirigir a nação hondurenha entre 2005 e 2009. Seu concorrente no Porfirio Pepe Lobo questionou a validade do resultado declarando a existência de fraudes eleitorais e se anunciou-se como opositor construtivo (ARAÚJO, 2016, p. 30). De acordo com Araújo, o governo de Zelaya caracterizou-se pelo não alinhamento incondicional e tradicional aos Estados Unidos, procurando ampliar seus aliados. Deste modo, podemos interpretar a adesão a Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba). Ademais, a aproximação com os setores populares e movimentos sociais através de inúmeras medidas, como o aumento do salário mínimo, paulatinamente gerou descontentamento da elite hondurenha que ocupava as principais instituições. A tentativa de mudar a Constituição por meio do plebiscito popular (a quarta urna) foi o mecanismo da classe dominante legitimar a retirada do presidente forçando-o a exilar na Costa Rica e na embaixada brasileira em Tegucigalpa. A Organização das Nações Unidas (ONU), a OEA e outras organizações internacionais criticaram a situação da nação considerando o fato como golpe de Estado e, logo, o rompimento com o regime democrático. Inclusive Honduras foi suspensa da OEA<sup>6</sup>.

Para Monteiro (2018, p. 76), o país “foi o primeiro caso de golpe branco na América Latina após a redemocratização da região”. Por outro ponto de vista, a retirada do Zelaya possui fundamento jurídico (no artigo 237, entre outros) e, conseqüentemente, legal, pois é interpretado como violação à lei hondurenha.

Do mesmo modo, por vias legais, em 2012, o presidente eleito Fernando Lugo da Aliança Patriótica foi retirado do poder. O rearranjo político tinha sua centralidade [mais uma vez] na articulação entre o Judiciário e Legislativo. Assim, num julgamento-relâmpago promovido pelo Congresso e o Senado com a negação à defesa sentenciada pela Suprema Corte, Lugo foi deposto e seu [então] vice Federico Franco assumiu o poder com apoio do Parlamento.

Ao analisarmos sobre a história política paraguaia identificamos a dificuldade de a democracia consolidar em virtude da concentração de poder em três grupos: o partido Liberal, as Forças Armadas e o Partido Colorado. A vitória de Lugo interrompeu com esta tradição, mas o preço que o “bispo dos pobres” (como ficou conhecido) pagou foi bastante alto.

5 “un Estado corporativo y patrimonial que favorece nuevas alianzas político-empresariales”

6 O país ficou suspenso por dois anos em virtude do seu impasse para solucionar a crise política. Ver LAMEIRINHAS, Roberto. Paraguai e Honduras já sofreram sanções da OEA. O Estado de S. Paulo, 5 de maio de 2016. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,paraguai-e-honduras-ja-sofreram-sancoes-da-oea,10000049432>. Acesso em: 31 de julho de 2019.

Segundo Monteiro (2018, p. 76-77), a gestão de Lugo que iniciou em 2008 tinha uma política direcionada ao investimento em programas sociais, com destaque para a universalização do sistema de saúde gratuito, o apoio ao governo vindo dos setores populares, sobretudo os “camponeses ‘sem terra’”, o fortalecimento da agroindústria e uma política externa pautada na integração com seus países vizinhos. Ao mesmo tempo, dispunha de uma forte ingovernabilidade no Parlamento paraguaio. Os inúmeros pedidos de “juízo político”<sup>7</sup> ao longo de todo seu mandato e sua delicada relação com seu vice Franco, do Partido Liberal, nos aponta para os motivos do (neo)golpe de 2012. A inabilidade do Executivo em solucionar problemas internos, tendo em vista, o caso de Curuguy<sup>8</sup> foi o motor para lograr o impeachment aprovado em 22 de junho de 2009. Em decorrência deste acontecimento, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União das Américas do Sul (UNASUL) suspenderam o país como forma de pressão política internacional para o retorno do sistema democrático<sup>9</sup>.

Enfim, o golpe (ou impeachment) que sucedeu no Brasil, em 2016, tem pontos em comum e peculiares aos golpes anteriores. Em relação ao primeiro aspecto, a partir da leitura de Monteiro e Del Río, podemos indicar a bandeira por uma agenda social, isto é, de ampliação dos direitos sociais somadas a uma política externa de aproximação e cooperação regional. Além disso, um governo frágil após a vitória apertada nas eleições de 2014 no qual o próprio vice e o seu partido articulam uma estratégia com outros grupos para afastar a presidenta e assumir o comando do Estado. O protagonismo do Judiciário no processo que conduziu a transição política e a lisura da mudança por vias legais também são elementos comuns destes governos.

Todavia, a trajetória político-social brasileira ilustra, de certa forma, a singularidade em relação as outras nações. Neste sentido, sublinha-se entre outros fatores, as manifestações de 2013 para o fortalecimento dos setores conservadores e reacionários no cenário político. Tais grupos junto com o papel desempenhado de algumas agências dos meios de comunicação<sup>10</sup>, a classe média e o escândalo da Lava-Jato, entre outros contribuíram para a interrupção do mandato presidencial, em 2016. A [im]possibilidade de crise democrática nas terras tupiniquins é curioso no posicionamento da comunidade internacional, em especial, das organizações americanas cujo tratamento foi distinto de Honduras (2009) e do Paraguai.

Por fim, a nova fase da globalização, definida por Del Río como neoliberal e conservadora, emerge novos tempos de (des)construção de alguns parâmetros e valores. Convidamos

7 É a designação no Paraguai para impeachment Cf. VIANA, Natalia, 2013.

8 Em maio de 2012, uma comunidade de camponeses “sem-terra ocupou a propriedade Campos Morombi, do ex-senador Blas Riquelme” situada em Curuguy. Segundo, o grupo aquela propriedade foi-lhes tomada arbitrariamente na ditadura de A. Stroessner. Para a oposição conservadora Lugo estava sendo conivente aos camponeses. A operação policial determinada para retirar os sem-terra foi marcada pela morte de policiais e manifestantes gerando um impasse institucional com o pedido de demissão do Ministro do Interior e do Chefe Nacional de Polícia. Para complementar, foi comprovado, dias depois, que a propriedade não pertence a Riquelme. Como estratégia para averiguar o caso, o presidente levou o fato para OEA, ampliando seu isolamento político. O desdobramento deste acontecimento refletiu na sua queda do poder, com o “impeachment-relâmpago”. Ver MONTEIRO, 2018, p.77-9

9 Ver VIANA, 2016.

10 Sobre isso, Del Río aponta uma diferença entre o processo de pedido de impeachment de Michel Temer e Dilma Rousseff. Ver DEL RÍO, 2017.

a\o leitora (o) sem a pretensão de esgotar o debate para construir as suas próprias conclusões sobre o processo político democrático que América Latina vive nos dias atuais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Samantha M. **Notícias de Honduras: uma leitura crítica das coberturas dos jornais diários sobre a deposição de Manuel Zelaya.** 2016. 194f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 194f.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia.** SP: Paz e Terra, 2002

DEL RÍO, Andrés. Democracia en la América Latina: un concepto en crisis. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, vol 5, n. 3, 2017, 176-192

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992

HONDURAS: uma história de golpe. **BBC Brasil**, 2 de julho de 2019. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090702\\_hondurastimeline](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090702_hondurastimeline). Acesso em: 30 de julho de 2019.

LAMEIRINHAS, Roberto. Paraguai e Honduras já sofreram sanções da OEA. **O Estado de S. Paulo**, 5 de maio de 2016. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,paraguai-e-honduras-ja-sofreram-sancoes-da-oea,10000049432>. Acesso em: 31 de julho de 2019.

MONTEIRO, Leonardo V. Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina; os casos de Honduras, Paraguai e Brasil. **Revista de Ciência Política**, v.49, n.1, mar.\jun. 2018, p. 55-97

VIANA, Natalia. Golpe de Estado contra Fernando Lugo começou a ser tramado desde 2008, 4 de fevereiro de 2013. **Opera Mundi**. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/samuel/26979/golpe-de-estado-contra-fernando-lugo-comecou-a-ser-tramado-em-2008>., Acesso em: 31 de julho de 2019